

ensino

SUPERIOR

ANO 7 • Nº 75 • DEZEMBRO DE 2004 • R\$ 5,00



A universidade democrática

Massificação do ensino é uma tendência mundial e as escolas não podem ignorar quem busca a graduação, alerta o pesquisador Simon Schwartzman

REFORMA

Gabriel M. Rodrigues
critica nova
proposta de mudança

INOVAÇÃO CIENTÍFICA

Área de humanas é
promissora para pesquisas
nas IES particulares

AVALIAÇÃO

Maria Helena G. de Castro
questiona metodologia
e estatística

Graduação para a

O ensino superior é uma aspiração de todos e as universidades não podem discriminar a maioria da população, alerta pesquisador

Atendência à massificação do ensino superior é um fenômeno mundial que leva um número cada vez maior de jovens e adultos a buscar educação em instituições de nível superior, que não podem, simplesmente, voltar as costas a essa demanda e a essas aspirações. A afirmação é do professor Simon Schwartzman, presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), para quem o modelo dominante não é mais o da universidade acadêmica, nem da universidade pública, mas o da universidade massificada e igualitária, seja pública ou privada. Em conferência na Universidade de São Paulo (USP), onde se discutiu a questão universitária no país, o professor declarou que o

do Trabalho e Sociedade é uma instituição privada, sem fins lucrativos, voltada para a pesquisa, a análise, o debate e a circulação de idéias sobre as questões da pobreza, da desigualdade social, da reforma do Estado e do aprimoramento das políticas sociais.

Para o professor Schwartzman, não existe um modelo de universidade que deveria servir de exemplo para as demais. “Essa é uma discussão impossível, porque ela parte de um pressuposto falso, que é a homogeneidade dos sistemas de ensino superior, pensados, no imaginário da sociedade, como uma entidade única: a Universidade.” Essa insistência no modelo único traduzido em leis, regulamentos, carreiras, cursos obrigatórios e anos de estudo, exigência de diplomas e publicações, muitas vezes só para cumprir as formalidades legais, segundo o professor, teve um custo incalculável para o país ao longo dos anos, que nem conseguiu criar um sistema educacional que efetivamente se aproximasse do modelo único, nem permitiu que outras atividades educativas, talvez mais simples e baratas, mas de efeitos significativos, pudessem ser bem desenvolvidas.

O professor chamou a atenção para o fato de que os Estados Unidos, que nunca aceitaram integralmente, ou não entenderam, o espírito acadêmico e cultural das universidades européias, foram o país que mais avançou no desenvolvimento de seu sistema superior no século XX. As principais características desse sistema são o pluralismo e a diversidade que, aliadas à precariedade dos controles governamentais, permitiram que o ensino superior norte-americano fosse o primeiro no mundo a se massificar.

Nesse sentido, alertou para o perigo de posições extremas que, de um lado, condenam qualquer forma de educação privada e, de outro, consideram qualquer movimento das universidades públicas no sentido de

O modelo dominante não é mais o da universidade acadêmica, nem pública, mas a massificada e igualitária

ensino superior é hoje uma aspiração de todos e as universidades não podem, “a pretexto de critérios e valores culturais duvidosos, continuar a discriminar a maioria da população”. Em relação às escolas públicas, o professor defendeu a cobrança de anuidades de estudantes que podem pagar, como parte de uma política de levantamento de recursos, destinada a garantir um alto padrão de qualidade. Essa política deveria incluir também contratos com empresas, cobrança de serviços, recebimento de doações e um plano de investimentos de longo prazo. O Instituto de Estudos

maioria

levantar recursos próprios como uma rendição ao espírito mercantilista e contrário aos ideais de formação humanística e pesquisa pura e desinteressada.

Schwartzman observou que, apesar do crescimento do ensino superior brasileiro, sobretudo a partir da década de 90, ele ainda é pequeno quando comparado com outros países, com uma população estudantil que não chega a 20% dos jovens na idade correspondente. “Hoje estamos nos aproximando de 4 milhões de estudantes, um terço dos quais em instituições públicas e 70% em instituições privadas.”

Entre as principais questões a serem enfrentadas ele apontou o acesso democrático e a qualidade do ensino oferecido. “É certo que os mecanismos de tipo meritocrático terminam por discriminar pessoas com menos recursos e menos oportunidades de acesso a bens materiais e culturais. Mas é certo também que as universidades bem-sucedidas no mundo de hoje são aquelas que, bem ou mal, preservam os valores da ciência, são geridas com forte presença de lideranças acadêmicas e culturais, controlam o ingresso de estudantes em seus cursos e são regidas, fundamentalmente, por critérios de qualidade.”

Em sua palestra, o professor Simon Schwartzman defendeu, ainda, a criação de universidades de classe internacional, seja como estratégia para valorizar o desenvolvimento científico e tecnológico do país, além da formação de pessoal de alto nível, seja como forma de neutralizar os efeitos da globalização. A seguir alguns trechos da palestra:

GLOBALIZAÇÃO

■ Todos se preocupam com a globalização e a capacidade de continuar participando e se beneficiando de um mundo cada vez mais competitivo, onde o conhecimento joga um papel cada vez mais importante. Para isso universidades de padrão e qualidade internacionais são consideradas essenciais.



Divulgação

Schwartzman: escolas públicas devem cobrar de quem pode pagar

■ Universidades de classe internacional são a única maneira inteligente de lidar com a globalização crescente do ensino superior, que se manifesta desde a criação de campi avançados das grandes universidades europeias e americanas em outras partes do mundo até a difusão da indústria internacional do conhecimento, liderada por grandes empresas, por meio da internet ou por sistemas de *franchise* educacional.

■ Não é possível imaginar que se possa deter esta tendência fechando as portas do país a esse movimento ou estabelecendo monopólios educacionais a instituições nacionais, independentemente de sua qualidade. Havendo no país instituições de classe internacional, que possam servir de referência e modelo para outras, a “invasão” internacional da indústria do conhecimento pode ser entendida como o que ela de fato é, ou seja, uma forma a mais de circulação de idéias, produtos e serviços em um mundo globalizado, do qual queremos fazer parte.

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

■ A pesquisa de qualidade reconhecida internacionalmente, conduzida por excelentes professores, além de condições adequadas de trabalho e remuneração para



Kerr: exclusão econômica leva à exclusão social

Fotos: Antonio Larghi

atrair os melhores talentos; liberdade de pesquisa, ensino e expressão; autonomia acadêmica; infra-estrutura, laboratórios e bibliotecas atualizadas, acesso amplo a bancos de dados nacionais e internacionais. Essas devem ser as características principais de uma universidade de classe internacional.

■ **Financiamento.** Universidades de alto padrão são cada vez mais caras, não é possível substituir a formação personalizada por tecnologias de qualquer tipo, e nem todas as áreas de pesquisa têm facilidade para conseguir recursos externos. Universidades de padrão internacional, para existirem, requerem apoio financeiro substancial e permanente do setor público. É o financiamento que vai condicionar todo o resto. Primeiro, é preciso ter mais dinheiro. Não podem dispensar os recursos públicos, mas eles não bastam. É necessário po-

der fazer contratos, cobrar serviços, cobrar anuidades de estudantes que podem pagar, receber doações e ter uma política de investimentos de longo prazo.

■ **Burocracia.** Existe uma clara incompatibilidade entre o funcionamento de uma universidade de classe internacional e as regras e os procedimentos do serviço público, caracterizados por orçamentos detalhados, regras burocráticas e rígidas de licitação, quadros de pessoal rígidos e sistemas formalizados de contratação de professores e recrutamento de alunos, como conhecemos. Isso não significa que essas universidades não possam ser públicas. Mas elas precisam de um novo tipo de relação com o setor público.

LIMITES E POSSIBILIDADES

■ Existem limitações no que se pode fazer para tentar constituir universidades de classe internacional. Mesmo as melhores universidades não conseguem ser excelentes em todas as áreas. Harvard, uma das principais universidades no mundo e que aspira explicitamente à posição de universidade global, é reconhecidamente fraca na área das engenharias; Princeton não desenvolveu estudos médicos e não tem uma faculdade de Medicina.

■ Universidades de classe internacional são importantes e necessárias por vários motivos, não somente por causa da necessidade de competir em ciência e tecnologia.

■ Universidades de classe internacional devem desenvolver ciência e tecnologia, mas também cultura, formação geral, conhecimento e capacidade de entender o que ocorre no país e no mundo. Devem formar professores, diplomatas, altos funcionários, políticos, jornalistas, historiadores. Devem servir de ponte de contato e comunicação entre o país e o mundo e servir de padrão de referência de qualidade e relevância para outras instituições.

“Considero o ensino de massa um desafio equivalente a trazer a Revolução Industrial para a educação.” Foi com essa afirmação que o economista, especialista em educação e presidente do Conselho Consultivo da Faculdade Pitágoras, Claudio de Moura Castro, iniciou a palestra intitulada “Ensino Superior para as Elites ou para as Massas?”. O segundo encontro da Temática Se-

mestral organizada pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) para discutir tópicos atuais de ciência, cultura, políticas e desafios estratégicos para a sociedade brasileira. Estudioso há muitos anos de modelos de ensino de massa, Moura Castro diz que já avaliou alguns dos tipos mais conhecidos, que vão desde os antigos cursos por correspondência do Instituto Universal até o Telecurso 2000, passando por experiências do Senai até chegar à Faculdade Pitágoras, que está procurando seu próprio modelo de ensino em uma associação com a Universidade de Phoenix, no Arizona (EUA).

“O projeto de massificação de ensino de Phoenix é um dos mais abrangentes que conheço, com 100 mil alunos presenciais e outros 80 mil a distância”, afirma Moura Castro, que o tem como fonte de inspiração na defesa de suas idéias, ao lado da parábola dos pianos Yamaha: o fabricante japonês conseguiu trabalhar a madeira de uma forma industrializada tal que o produto final teria excelente qualidade e não mais precisaria de ajustes individuais, necessários em modelos tradicionais como os Steinway. Outros exemplos mostrados pelo especialista para defender o ensino de massa são o surgimento de uma nova ciência cognitiva, a tecnologia de imagem e de informação, o treinamento empresarial que, em muitos casos, assemelha-se ao treinamento militar, e o ensino a distância (e-learning).

Considerado pelo palestrante como a melhor forma de tirar o atraso do País no acesso ao ensino superior para um número maior de estudantes, o ensino industrializado poderia ser efetivado, no seu entender, com a adoção de turmas grandes, com 300, 500 ou até 1,2 mil alunos, “como eu mesmo presenciei quando estudava nos Estados Unidos, em que o professor era auxiliado por 20 monitores e vários aparelhos de televisão”. Modelo que exige exemplar divisão de trabalho entre professores e equipes de retaguarda, uma estruturação que permita “empacotar” construtivismo e criatividade, o planejamento central das disciplinas, uso intensivo de tecnologia, professores preparados para dar aulas e a possibilidade de adotar o *franchising*.

DOM PEDRO II

E por que a “Revolução Industrial” e a incorporação desse modelo proposto por Claudio de Moura Castro ainda não chegou ao ensino superior? “Em parte porque o método D. Pedro II não foi adotado pelos visitantes do MEC, que preferem ler papéis em seus gabinetes”, dispara o especialista, formado em Economia pela UFMG, com mestrado pela Univer-

sidade Yale e doutorado pela Universidade de Vanderbilt, ambas nos EUA, e que entre outras funções já foi diretor-geral da Capes. Ele se refere a visitas que o imperador fazia a universidades públicas para constatar a qualidade de ensino, inspeções estas das quais algumas vezes saía completamente decepcionado. O modelo tradicional de ensino ganhou impulso, segundo Moura Castro, no início da década de 60, quando imperou no Brasil a crença no efeito transformador das elites bem-formadas. “O elitismo tradicional resulta em custos altos com poucos alunos e apresenta qualidade questionável, na medida em que reflete sofisticação ou mediocridade da sociedade.” Para o palestrante, no modelo vigente, não há recursos públicos para expandir o ensino com a mesma qualidade, pois entre outros fatores “o gerenciamento para isso exigiria novas fórmulas de administração e não as práticas medievais das universidades, onde o conservadorismo e o processo decisório impedem mudanças”.

MÉTODOS ADMINISTRATIVOS

Cobrado pela mesa a explicar se o modelo de ensino de massas preserva a qualidade, Moura Castro afirmou que “não se poderia garantir totalmente a qualidade, mas que ela existiria mais do que se não houvesse esse novo modelo. Deu certo alhures e em outros níveis”. Para ele, não se trata de discutir se a opção é

Hamburger:
gestão das
públicas
deve imitar
particulares



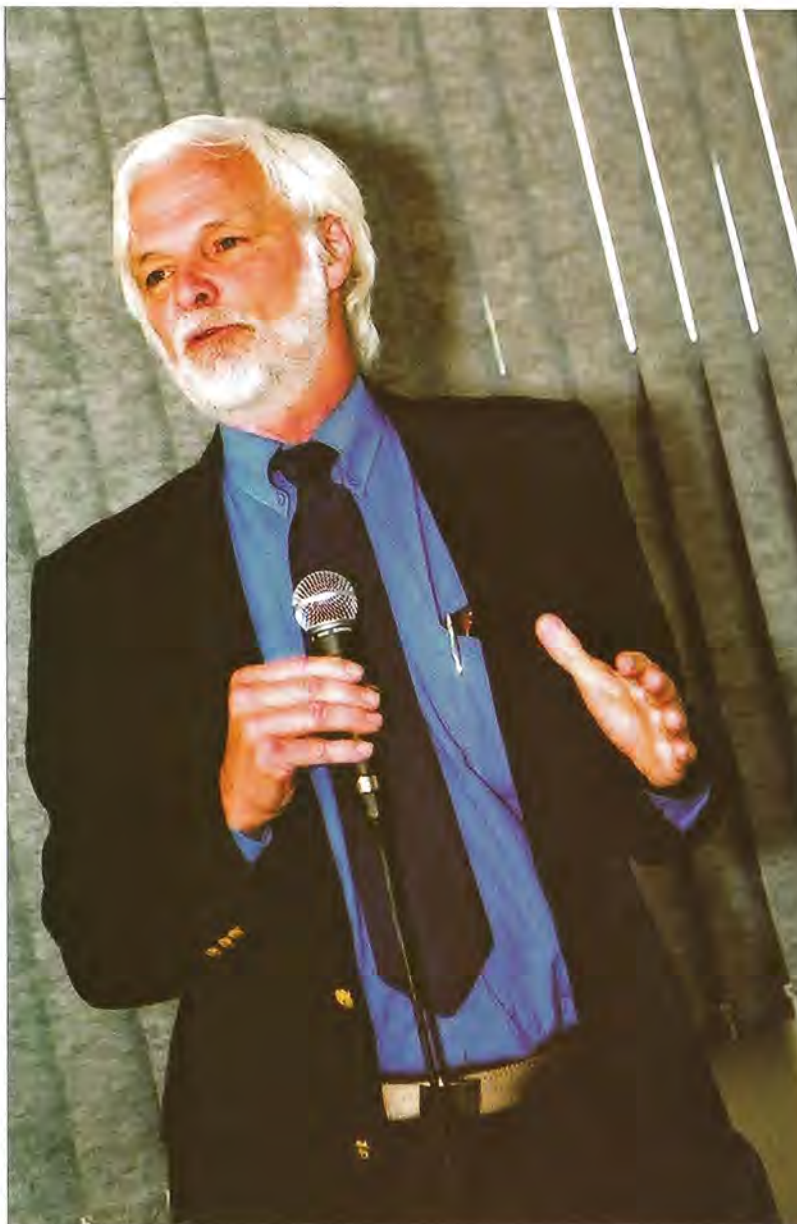
Castro: classes de até 1,2 mil alunos formam ganhadores do Nobel

entre ensino de massa e ensino elitista, mas entre ensino de massa burro e inteligente. “Das grandes salas com centenas de alunos de Berkeley e Harvard saíram inúmeros Prêmios Nobel nos últimos anos”, exemplifica. O especialista destaca que o modelo industrial apresenta falhas como em todos os outros cursos, e que isso é bom, pois não há fábrica totalmente robotizada. “A industrialização é incompleta, pois deve haver o resíduo artesanal.”

Nas discussões que se seguiram à palestra, coordenadas pelo professor Gerhard Malnic, o professor aposentado do Instituto de Física da USP, Ernest Hamburger, disse que o ensino de massa não é a solução a longo prazo, já que detecta falhas na formação dos professores das instituições privadas. Defendeu a expansão da universidade, mas concordou que a administração pública é ineficiente do ponto de vista gerencial e que, portanto, métodos administrativos que se aplicam à universidade privada poderiam ser aplicados também na escola pública.

“O elitismo tradicional resulta em custos altos com poucos alunos e apresenta qualidade questionável”

Presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp) e professor do Instituto de Física da USP, Américo Kerr disse que deveria estar em discussão não o ensino de elite ou de massa, mas sim a exclusão econômica que leva à conseqüente exclusão social de muitos alunos. Isso ocorreria, segundo ele, pela ausência



do Estado. “O governo federal fez crescer o superávit primário para mais de 4% do PIB, o que só beneficiou os bancos, em detrimento dos gastos com educação. Com essa defasagem, o setor privado cresce na ausência do Estado.” Kerr finalizou afirmando que o ensino superior deve ser artesanal, não dá para pensar em industrialização e que formação em universidade é diferente de treinamento.

Moura e Castro encerrou sua apresentação ressaltando que a idéia do ensino em massa não é melhorar o ensino na USP, mas impedir a queda ainda maior de qualidade em outras escolas. Se fosse o caso de o ensino público absorver o privado, argumentou, o MEC teria que duplicar o orçamento, nos custos das escolas privadas, ou mesmo triplicar, considerando os custos das públicas. Quanto a cobrança da mesa debatedora da falta de doutores e mestres em número maior nas escolas particulares, ele disse “ser um privilégio do setor privado não trabalhar com tantos doutores e mestres, mas sim com gente preparada para os assuntos nos quais são especialistas”, concluiu. ■